O MERCADO ESCOLA COMO MESOINSTITUIÇÃO

Danielle Santiago Nepomuceno de Souza Pavei[1]

Rosamaria Cox Moura Leite Padgett[2]

Silvia Morales de Queiroz Caleman[3]

Oséias Freitas de Oliveira Junior[4]

Resumo

Este trabalho analisa o Mercado Escola da UFMS sob a ótica da Nova Economia Institucional, especificamente pelo conceito de mesoinstituições. O objetivo é investigar como o arranjo desempenha as funções de tradução, monitoramento e aplicação no contexto da agricultura familiar e da extensão universitária. Por meio de pesquisa qualitativa e documental, os resultados demonstram que o Mercado Escola desempenha três funções críticas: traduz diretrizes em regras práticas, monitora a conformidade e aplica sanções. Conclui-se que o fortalecimento deste arranjo contribui para o desenvolvimento sustentável, reduzindo custos de transação e promovendo a inclusão produtiva. Esta pesquisa serve como modelo analítico para a gestão de iniciativas similares.

Palavras-chave: Mesoinstituições; Mercado Escola; Agricultura Familiar; Extensão Universitária.

Abstract

This study analyzes the Mercado Escola at UFMS from the perspective of New Institutional Economics, specifically through the concept of meso-institutions. The objective is to investigate how this arrangement performs the functions of translation, monitoring, and enforcement within the context of family farming and university extension. Through qualitative and documentary research, the results demonstrate that Mercado Escola performs three critical functions: translating guidelines into practical rules, monitoring compliance, and applying sanctions. It is concluded that strengthening this arrangement contributes to sustainable development, reducing transaction costs and promoting productive inclusion. This research serves as an analytical model for the management of similar initiatives

Keywords: Meso-institutions. School Market. Family Farming. University Extension.

[1] Doutoranda em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (danielle.nepomuceno@ufms.br)

[2] Doutora em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (rosamaria.leite@ufms.br)

[3] Doutora em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (silvia.caleman@ufms.br)

[4] Doutorando em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (oseias.junior@ufms.br)

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade da agricultura familiar e sua integração em cadeias de valor são desafios complexos que transcendem a mera produção de alimentos, englobando aspectos sociais, econômicos e ambientais. No Brasil, embora a agricultura familiar seja crucial para a produção de alimentos consumidos internamente, ela frequentemente se depara com barreiras de acesso a mercados formais e com a dificuldade de incorporar inovações e práticas de gestão que agreguem valor aos seus produtos (EMBRAPA, [s.d.]).

A superação dessas barreiras exige a criação de arranjos institucionais inovadores que possam traduzir as políticas públicas de fomento em ações concretas e adaptadas à realidade local. Nesse cenário, as Instituições de Ensino Superior (IES) são cada vez mais impulsionadas a ir além do ensino e da pesquisa, assumindo um papel mais ativo na sociedade por meio da extensão universitária (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012).

O Mercado Escola da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) configura-se como a materialização dessa política de extensão universitária, traduzindo-a em algo tangível e operacional. Suas atividades e o papel que exerce sugerem que ele pode ser caracterizado como uma mesoinstituição, cumprindo funções essenciais de tradução, monitoramento e aplicação de regras (MÉNARD; JIMENEZ; TROPP, 2018).

Regulamentado por instrumentos como o Edital 346-2025, o Mercado Escola estabelece mecanismos de governança que garantem a qualidade dos produtos e a sustentabilidade das práticas, integrando agricultores de diferentes contextos, incluindo povos originários e comunidades tradicionais, em uma rede colaborativa de aprendizado e troca de experiências (EDITAL Nº 346/2025 - PROECE/UFMS, 2025).

A análise aprofundada desse tipo de arranjo sob a lente das mesoinstituições é fundamental para compreender sua capacidade de reduzir custos de transação, promover a adoção de tecnologias sustentáveis e, em última instância, fomentar políticas públicas mais eficazes (VINHOLIS et al., 2021).

Diante da complexidade e do papel mediador do arranjo, a questão central que orienta este trabalho é: O Mercado Escola da UFMS, em sua articulação entre extensão universitária, comercialização e fomento à agricultura familiar, pode ser caracterizado como uma mesoinstituição e, em caso afirmativo, como suas funções de tradução, monitoramento e aplicação influenciam a adoção de práticas sustentáveis e a inclusão social? O objetivo geral

deste trabalho é analisar o Mercado Escola da UFMS à luz da teoria das mesoinstituições, investigando como ele desempenha essas funções no contexto da agricultura familiar e da extensão universitária.

REVISÃO DA LITERATURA

A análise do Mercado Escola como um arranjo institucional intermediário exige um aprofundamento no arcabouço da Nova Economia Institucional (NEI), que oferece as lentes conceituais para a compreensão da interação entre as regras do jogo e as organizações que operam dentro delas. A NEI, consolidada pelos trabalhos de Douglass North (NORTH, 1990) e Oliver Williamson (WILLIAMSON, 2000), superou a visão neoclássica que considerava as instituições como meros pano de fundo, passando a vê-las como elementos centrais na determinação do desempenho econômico e social. O foco da NEI reside na compreensão de como as instituições, definidas como as regras formais, as normas informais e seus mecanismos de aplicação, moldam os custos de transação, que são os custos de organizar as trocas no mercado ou dentro das organizações (COASE, 1937).

A Estrutura Institucional em Três Camadas:

A complexidade da realidade econômica e social levou a uma evolução do modelo inicial da NEI, que se concentrava na dicotomia entre o ambiente institucional (macro) e os arranjos de governança (micro) (DAVIS; NORTH, 1971). Claude Ménard e colaboradores propuseram a inclusão de uma terceira camada, a das mesoinstituições, para preencher a lacuna entre as regras gerais e sua aplicação prática (MÉNARD, 2014). Essa estrutura de três camadas é fundamental para analisar a eficácia das políticas públicas e a organização de setores específicos (MÉNARD, 2018).

A macroinstituição (primeira camada) estabelece as regras constitucionais e legais mais amplas, como a Constituição Federal, o Código Civil e as grandes políticas públicas de desenvolvimento rural. Essas regras definem o ambiente geral no qual os agentes econômicos e sociais podem operar, delineando os direitos de propriedade e as condições gerais para a validade dos contratos (MÉNARD, 2018, 2022). O ambiente macro, embora essencial, é caracterizado pela sua generalidade e estabilidade, o que o torna insuficiente para lidar com a especificidade das transações no nível micro. É neste ponto que a mesoinstituição se torna

crucial, atuando como um mecanismo de adaptação e mitigação dos custos de transação decorrentes da incerteza e da racionalidade limitada dos agentes (WILLIAMSON, 2000).

A microinstituição (terceira camada) refere-se aos arranjos de governança específicos, como as empresas, cooperativas e associações de produtores (MÉNARD, 2014). As transações neste nível são diretamente afetadas pela especificidade dos ativos, pela frequência das trocas e pela incerteza do mercado (WILLIAMSON, 1991). No caso da agricultura familiar, a perecibilidade e a singularidade dos produtos elevam esses custos. A ausência de uma estrutura intermediária eficaz resultaria em altos custos de busca de informações, negociação e *enforcement*, inviabilizando a participação em mercados mais formais (WILLIAMSON, 1985).

A mesoinstituição (segunda camada) é o foco central deste trabalho, sendo definida como o conjunto de dispositivos e mecanismos que adaptam as regras gerais da macroinstituição às condições específicas de um setor ou região (MÉNARD et al., 2022). Elas atuam como pontes, traduzindo as regras abstratas em procedimentos operacionais e garantindo que as transações no nível micro sejam realizadas de forma alinhada com os objetivos da política macro. Essa camada intermediária é crucial para explicar a heterogeneidade dos resultados de políticas públicas, pois a simples existência de uma lei não garante sua implementação efetiva (MÉNARD; JIMENEZ; TROPP, 2018).

As mesoinstituições, conforme preconizado por Ménard (2018, 2022), possuem características distintivas que as posicionam ligando as macros e as microinstituições. Elas operam como arranjos intermediários em nível setorial ou regional, focando na coordenação, interpretação e adaptação de regras gerais para contextos específicos. Sua existência justifica-se pela necessidade de mitigar a incerteza e reduzir os custos de transação em cenários onde as regras macro são excessivamente genéricas e os arranjos micro, isoladamente, não possuem escala ou legitimidade para garantir a cooperação e o cumprimento de contratos.

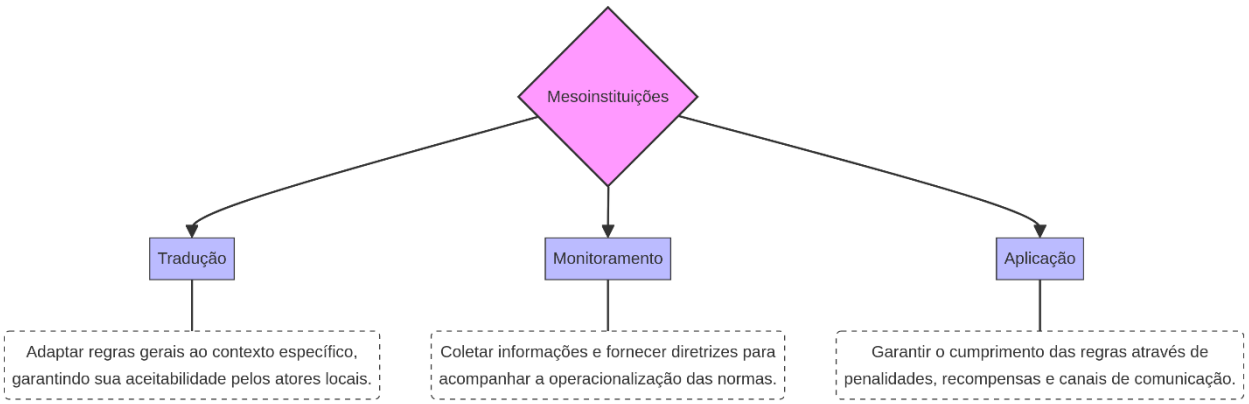
A literatura recente tem demonstrado a versatilidade desse conceito em diversos campos. No setor agroalimentar, Ménard et al. (2022) analisam como mesoinstituições são fundamentais na governança da segurança alimentar, atuando na padronização de normas sanitárias que as políticas nacionais não conseguem operacionalizar sozinhas. Já Vinholis et al. (2021) investigam o papel dessas estruturas na adoção de tecnologias agrícolas sustentáveis no Brasil, evidenciando que a presença de mesoinstituições eficazes reduz a percepção de risco dos produtores e facilita a transição para modelos produtivos mais limpos. No campo da inovação e educação, os estudos de Dagnino (2014) sobre tecnologia social sugerem que

arranjos intermediários são essenciais para coordenar redes de inovação que respondam a demandas sociais, traduzindo o conhecimento acadêmico em soluções territoriais.

Além disso, pesquisas como as de Ménard, Jimenez e Tropp (2018) no setor de recursos hídricos reforçam que as mesoinstituições não apenas transmitem regras, mas as re-elaboram para garantir que a aplicação seja viável na ponta. Os achados de pesquisas de Ménard et al. (2022) evidenciam, em um estudo comparativo sobre a segurança do leite no Brasil, Canadá e Itália, que regras macroinstitucionais semelhantes produzem impactos operacionais distintos dependendo dos arranjos mesoinstitucionais locais. Enquanto no Canadá a centralização e a coordenação estreita facilitam a conformidade, no Brasil a multiplicidade de agências e a falta de integração podem elevar os custos de transação para os produtores.

Mello et al. (2024) expandem essa visão ao caracterizar as mesoinstituições como mecanismos estruturantes de intermediação essenciais para transições sustentáveis. Atores como o Serviço de Inspeção Federal (SIF) não apenas fiscalizam, mas atuam na alocação de direitos e na definição de condições de acesso a tecnologias e mercados. Essa perspectiva é vital para compreender a governança de sistemas complexos, onde a mudança sociotécnica exige uma coordenação que ultrapassa a simples vontade política do nível macro ou a iniciativa isolada do nível micro (MENARD; MARTINO, 2025).

Figura 1 – Funções que caracterizam as mesoinstituições



Fonte: Adaptado de Ménard (2025).

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com delineamento bibliográfico e documental. O objetivo é analisar o Mercado Escola da UFMS como um estudo

de caso à luz do arcabouço teórico das mesoinstituições, focando na análise institucional de políticas públicas.

A escolha pela abordagem qualitativa e exploratória justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que busca compreender a complexidade de um arranjo institucional inovador e suas interações com a política pública e o ambiente microeconômico. Tanto Godoy (1995) quanto Minayo (2001) entendem que a pesquisa qualitativa lida com significados, valores e atitudes presentes nas relações humanas, em um nível que não pode ser reduzido a variáveis.

O caráter exploratório permite a aplicação de um arcabouço teórico específico (mesoinstituições) a um contexto novo (Mercado Escola), gerando hipóteses e *insights* para futuras pesquisas empíricas.

O *corpus* de análise é composto por: 1. Documentos Institucionais do Mercado Escola, Regulamento do Mercado Escola e, principalmente, o Edital Nº 346/2025 - PROECE/UFMS. Estes documentos são a fonte primária para a identificação das regras formais e dos mecanismos de governança do arranjo. 2. Literatura Teórica: Artigos e livros sobre Nova Economia Institucional, Economia dos Custos de Transação e o conceito de Mesoinstituições (Ménard, Williamson, North, Vinholis et al.). A pesquisa bibliográfica forneceu o referencial teórico necessário para a construção das categorias analíticas.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida durante os meses de outubro e novembro de 2025 em duas bases de dados de relevância acadêmica: *Web of Science* e *Scopus*. A escolha dessas bases se justifica pela sua abrangência e pelo rigor na indexação de periódicos, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos artigos selecionados para a construção do referencial teórico.

A partir da consolidação desse referencial teórico e da seleção da literatura nas bases de dados mencionadas, estabeleceu-se o suporte conceitual necessário para a metodologia de análise do caso. Assim, a fundamentação baseada nas mesoinstituições se torna a lente analítica através da qual o objeto de estudo será examinado.

A metodologia de análise se baseia na adoção do modelo das três funções críticas das mesoinstituições (Tradução, Monitoramento e Aplicação) aos documentos do Mercado Escola, conforme sugerido pela literatura (MÉNARD; JIMENEZ; TROPP, 2018) (VINHOLIS et al., 2021). A análise busca, portanto, trazer evidências de caso (o Mercado Escola) por meio de uma pesquisa documental, para avaliar o papel do Mercado Escola como mesoinstituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Funções Críticas das Mesoinstituições: Tradução, Monitoramento e Aplicação

Tradução: No contexto do Mercado Escola, a tradução se manifesta de forma clara na elaboração do Regulamento e, mais especificamente, no Edital 346-2025, que estabelece as condições para a seleção de produtores, detalhando requisitos que vão desde a comprovação de produção agroecológica até a valorização do conhecimento local e das especificidades regionais, ou seja, transforma a política macro de apoio à agricultura familiar e à sustentabilidade em critérios concretos de participação e pontuação (EDITAL Nº 346/2025 - PROECE/UFMS, 2025). A exigência do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e a valorização de produtos com certificação orgânica ou de sociobiodiversidade, por exemplo, são mecanismos de tradução que direcionam a política pública para o público-alvo e para os objetivos de sustentabilidade desejados. Além disso, a função de tradução é exercida ao oferecer capacitações e assistência técnica aos produtores, adaptando o conhecimento científico às necessidades e práticas do campo.

A eficácia dessa tradução é crucial e depende da capacidade de incorporar o conhecimento local dos agricultores, garantindo que as regras sejam culturalmente e tecnicamente adequadas, e não apenas uma imposição *top-down* (SUMANE, 2018). O Edital, ao criar modalidades específicas para Povos Originários e Comunidades Tradicionais, e ao pontuar produtos nativos ou tradicionais, demonstra um esforço institucional para reconhecer e valorizar esse conhecimento local, integrando-o ao sistema de governança do Mercado Escola. A tradução eficaz é o que permite que as políticas públicas saiam do papel e se tornem ações concretas e compreensíveis para os agentes no nível micro.

Monitoramento: Foram identificados os mecanismos de fiscalização, avaliação e sanção previstos no Edital e no Regulamento (ex: avaliação contínua, exigência de certificados, critérios de desclassificação) e como eles garantem a conformidade e a qualidade das transações.

O Mercado Escola demonstra sua função de Monitoramento através de mecanismos robustos de fiscalização e avaliação. O Regulamento e o Edital 346-2025 preveem a verificação contínua da qualidade dos produtos, conformidade com práticas agroecológicas declaradas e cumprimento de normas sanitárias. Essa fiscalização não se restringe apenas à entrada dos

produtos, mas se estende à permanência dos agricultores no programa, assegurando que os padrões estabelecidos sejam mantidos.

No Mercado Escola, essa função é exercida pela Coordenação, que estabelece um sistema de avaliação contínua da conformidade com o Manual de Conduta e as regras de permanência (REGULAMENTO MERCADO ESCOLA, 2025). A exigência de participação em pelo menos 12 atividades de capacitação ao longo de 12 meses é um mecanismo de monitoramento que assegura o alinhamento dos produtores com as práticas e os objetivos da Universidade, funcionando como um indicador de engajamento e de aprimoramento contínuo. Além disso, a avaliação periódica da qualidade e da adequação dos produtos comercializados, conforme previsto no Edital, garante a credibilidade do arranjo perante o consumidor e o cumprimento das normas sanitárias vigentes, transferindo a responsabilidade pela qualidade para o produtor, mas sob a fiscalização da mesoinstituição (EDITAL Nº 346/2025 - PROECE/UFMS, 2025).

O monitoramento, portanto, não é apenas punitivo, mas também pedagógico, orientando os produtores para a melhoria de suas práticas. A capacidade de monitoramento da mesoinstituição é o que confere credibilidade ao sistema, reduzindo a assimetria de informação entre produtores e consumidores (MÉNARD, 2014).

Aplicação: A função de Aplicação (*Enforcement*) é evidenciada pelos mecanismos de sanção e desclassificação previstos nos documentos. O Edital 346-2025, por exemplo, detalha as condições para a suspensão ou desligamento de participantes que não cumprirem as regras estabelecidas, seja por problemas de qualidade, conduta ou não conformidade com as práticas agroecológicas.

A sanção mais severa é a exclusão do participante que não cumpre as normas, como ausências não justificadas, não pagamento da contrapartida ou comercialização de produtos não aprovados (EDITAL Nº 346/2025 - PROECE/UFMS, 2025). Por outro lado, a recompensa é o próprio acesso ao mercado e a chancela institucional da UFMS, que agrega valor e credibilidade aos produtos da agricultura familiar. A aplicação das regras, ao garantir a conformidade e a qualidade, reduz a assimetria de informação e os custos de transação para os consumidores, que passam a confiar no selo de qualidade indireto fornecido pela Universidade.

A efetividade do *enforcement* é o que garante a sustentabilidade do arranjo institucional no longo prazo.

CONCLUSÃO

O conceito de mesoinstituição, conforme desenvolvido por Ménard (2018), oferece um referencial analítico consistente para compreender o papel do Mercado Escola da UFMS como elo entre diretrizes de políticas públicas e sua operacionalização no nível local. Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar o Mercado Escola sob essa perspectiva, demonstrando como esse arranjo institucional atua como instância intermediária entre políticas de fomento à agricultura familiar e a realidade concreta dos produtores.

A caracterização do Mercado Escola como mesoinstituição evidencia-se por sua capacidade de desempenhar funções típicas desse tipo organizacional, especialmente as de tradução, monitoramento e aplicação de regras. Ao internalizar diretrizes mais amplas vinculadas a políticas de desenvolvimento rural, segurança alimentar e sustentabilidade, e convertê-las em critérios operacionais, exigências de participação, incentivos à certificação e mecanismos de capacitação, o Mercado Escola traduz normas macroinstitucionais em práticas efetivas no nível micro. Simultaneamente, ao organizar as interações entre produtores e consumidores e estabelecer parâmetros de funcionamento, contribui para a redução de incertezas e custos de transação.

A análise revelou, portanto, que o Mercado Escola não deve ser compreendido apenas como um espaço de comercialização, mas como uma estrutura dinâmica de governança e inclusão produtiva. Sua atuação combina elementos de mercado, coordenação organizacional e rede, configurando um ambiente institucional que favorece a agregação de valor, a adoção de práticas sustentáveis e a estabilidade das relações comerciais. Nesse sentido, o arranjo analisado valida empiricamente a aplicação do conceito de mesoinstituição ao contexto do desenvolvimento rural brasileiro.

Além disso, ao promover capacitação, incentivar certificações e alinhar práticas produtivas a objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, o Mercado Escola funciona como um laboratório institucional no qual se testam mecanismos intermediários de governança. A literatura indica que tais estruturas são decisivas para reduzir riscos, criar incentivos e viabilizar transições produtivas (VINHOLIS et al., 2021), o que se confirma no caso analisado.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o debate da Nova Economia Institucional ao aplicar o conceito de mesoinstituições a um arranjo concreto vinculado à agricultura familiar. A análise das funções exercidas pelo Mercado Escola amplia a

compreensão sobre como organizações intermediárias podem fortalecer a efetividade de políticas públicas ao articular níveis macro e micro de governança.

Sob a perspectiva prática, os resultados indicam que o fortalecimento do Mercado Escola como mesoinstituição é determinante para a consolidação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Ao reduzir custos de transação, promover inclusão produtiva e estruturar mecanismos de coordenação. Além disso, esta pesquisa serve como um modelo analítico para outras instituições que buscam replicar ou adaptar arranjos semelhantes para o fomento da agricultura familiar e a promoção da sustentabilidade, oferecendo *insights* para a gestão de iniciativas similares que busquem integrar conhecimento técnico, diretrizes institucionais e demandas reais da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

COASE, R. H. The Nature of the Firm. **Economica**, [s. l.], v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

DAVIS, L. E.; NORTH, D. C. **Institutional change and American economic growth.** Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº 346/2025 - PROECE/UFMS: Exposição e comercialização permanente do Mercado Escola da UFMS.** Campo Grande: Boletim Oficial da UFMS, 2025. Disponível em: https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=564633. Acesso em: 13 nov. 2025.

EMBRAPA. **Agricultura familiar no Brasil.** Brasília, DF: Embrapa, [s.d.]. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema. Acesso em: 15 nov. 2025.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

MELLO, A. M.; SCHNAIDER, P. S. B.; SAES, M. S. M.; SOUZA-PIAO, R.; NUNES, R.; SILVA, V. L. Meso-institutions as systemic intermediaries in sustainable transitions governance. **Environmental Innovation and Societal Transitions,** v. 52, 100870, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.eist.2024.100870.

MÉNARD, C. Embedding organizational arrangements: towards a general model. **Journal of Institutional Economics,** v. 10, n. 4, p. 567-589, 2014.

MÉNARD, C. Research frontiers of new institutional economics. **RAUSP Management Journal,** v. 53, p. 3-10, 2018.

MÉNARD, C.; JIMENEZ, A.; TROPP, H. Addressing the policy-implementation gaps in water services: the key role of meso-institutions. **Water International,** v. 43, n. 1, p. 13-33, 2018.

MÉNARD, C. Disentangling institutions: a challenge. **Agricultural and Food Economics,** [s. l.], v. 10, art. 16, p. 1-3, 2022. DOI: https://doi.org/10.1186/s40100-022-00223-w.

MÉNARD, C.; MARTINO, G.; OLIVEIRA, G. M.; ROYER, A.; SAES, M. S. M.; SCHNAIDER, P. S. B. Governing food safety through meso-institutions: a cross-country analysis of the dairy sector. **Applied Economic Perspectives and Policy,** v. 44, n. 4, p. 1722-1741, 2022.

MÉNARD, C; MARTINO, G. **Unbundling institutions**: the case for meso-institutions. **Journal of Institutional Economics**, v. 21, e31, p. 1-20, 2025. DOI: 10.1017/S1744137425100192.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives,** v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução nº 470-COEX/UFMS, de 18 de junho de 2025: Aprova as Normas Regulamentadoras da Extensão Universitária da UFMS.** Campo Grande: Boletim Oficial da UFMS, 2025. Disponível em: https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=562992. Acesso em: 9 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Instrução Normativa nº 17-PROECE/UFMS, de 17 de março de 2025: Aprova o Regulamento da Unidade de Apoio "Mercado Escola" da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).** Campo Grande: Boletim Oficial da UFMS, 2025. Disponível em: https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=556355. Acesso em: 9 out. 2025.

SUMANE, S. et al. Local and farmers' knowledge matters! How integrating informal and formal knowledge enhances sustainable and resilient agriculture. **Journal of Rural Studies,** v. 59, p. 232–241, 2018.

VINHOLIS, M. M. B.; SAES, M. S. M.; CARRER, M. J.; SOUZA FILHO, H. M. de. The effect of meso-institutions on adoption of sustainable agricultural technology: A case study of the Brazilian Low Carbon Agriculture Plan. **Journal of Cleaner Production,** v. 280, p. 124334, 2021.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: Firms, markets, relational contracting.** New York: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly,** v. 36, n. 2, p. 269-296, 1991.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: Taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature,** v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.